



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 02**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

25 de Abril de 2013



Assembleia Municipal

## ACTA N.º2

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de Abril do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor José Eugénio Dias Ferreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Luís Filipe Soares Quaresma e Érica Geraldês Castanheira, na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. -----

----- Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: -----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Luis Filipe Soares Quaresma, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Paulo Emanuel de Paiva Soares, João António Alvoeiro Duarte, António Serra Correia, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Sandra Margarida Pedroso Dias, Maria José das Neves Fernandes Silva, Rui Martins Portugal, Érica Geraldês Castanheira e Mário Cardoso Simões do Vale. -----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Fernando Ferreira Simões, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa. -----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. -----

-----O 2º **Secretário** deu conhecimento das justificações de falta dos Senhores Deputados Maria Armanda Miranda, Mário Pereira Gonçalves, Isabel Maria Jesus Carvalho, Amândio Fernandes Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, António Martins Barata, Cidalina Maria Ramos Lourenço



Assembleia Municipal

Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova do Alva e Fernanda Maria Figueiredo Dias, fazendo parte integrante desta acta.-----

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### **1- Leitura do expediente.** -----

-----Teve a palavra o 1º Secretário, **Senhor Deputado Luís Quaresma** dizendo que a única correspondência de relevo seria o relatório de avaliação e relatórios estatísticos, bem como o plano de actividades relativos ao ano de 2013 da CPCJ de Arganil e que estaria disponível para consulta.-----

### **2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº1 realizada no dia 23 de Fevereiro de 2013.-**

-----A acta foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria com duas abstenções.-----

### **-----3 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que gostaria de saudar toda a Assembleia neste dia 25 de Abril, que celebra 39 anos, desejando a todos as maiores felicidades e que se continue a comemorar muitos mais em democracia e liberdade. -----

-----Dirigir também uma palavra, mau grado a Senhora Deputada Isabel Carvalho não estar, porque era nela sobretudo que gostaria de fazer a saudação por ser Presidente da Assembleia Geral da Filarmónica de Arganil, pois a Filarmónica de Arganil, no passado dia 06 de Abril, nas comemorações do seu 160º aniversário, com o espetáculo no Casino Estoril, proporcionou um espetáculo que orgulha todos os Arganilenses, um espetáculo de grande nível, uma Filarmónica que comemora uma data destas é realmente digna de registo e tomaria a iniciativa de propor um voto de louvor, parabéns e saudação à Filarmónica que engrandece e prestigia o concelho, fundamentalmente um espetáculo muito agradável pelo convívio entre todos, muito agradável do ponto de vista musical e do ponto de vista de uma manifestação de alguém que presta um serviço relevante ao concelho e ao país. -----

-----Foi aprovado por unanimidade um voto de louvor e aclamação à Filarmónica Arganilense.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** que após cumprimentar os presentes referiu que independentemente das comemorações do 25 de Abril terem hoje lugar numa sessão dedicada a esta data não podia, no início destes trabalhos, até porque foi o 25 de Abril e o



Assembleia Municipal

regime democrático que daí nasceu que possibilitou a construção de um verdadeiro poder autárquico e democrático e, porque nós, Assembleia Municipal, somos legítimos lídimos representantes do poder autárquico, não poderia deixar de saudar esta data. Foi de facto, uma data que libertou o país que possibilitou a democracia, não obstante, todas as dificuldades por que passámos trouxeram mais justiça social aos portugueses e ao nosso país e o meu desejo é que nas dificuldades e na crise porque hoje passamos, seja feita uma recuperação tendo em conta o respeito dos valores do 25 de Abril, valores da solidariedade e da fraternidade substancialmente. -----

-----Finalmente gostaria de me associar, em nome da bancada que represento, ao voto que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu à Filarmónica de Arganil. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** que depois de cumprimentar todos os presentes salientou que naturalmente as suas primeiras palavras têm que ser para o 25 de Abril, para essa data marcante da nossa vida colectiva. Vivemos hoje dias sombrios, carregados de incerteza e de grande preocupação contudo, Abril foi isso mesmo, foi um grito de esperança, hoje penso que há no ar uma mística e um ambiente parecido com aquele que havia em 1974 que me leva a pensar que é possível que haja aqui um rasgar de horizontes e um encontro dos portugueses e dos arganilenses, em particular, com os ideais de Abril que estão afastados da nossa vivência. Falar de Abril é falar do poder autárquico e dos municípios que é uma das conquistas mais importantes de Abril, e ao mesmo tempo que digo isto tenho presente as nuvens negras que a Lei 104/12 representa e nos preocupa, como bem sabem a Lei 104/12 tem na sua génese, se vier a ser aprovada e implementada, uma retirada do poder dos municípios para as comunidades intermunicipais, como bem sabem, tenho sido um defensor, não só da integração do Pinhal na grande Comunidade de Coimbra como também do reforço das comunidades, agora, o que não posso aceitar e penso que nenhum de nós aceitará de bom grado, é que o reforço das comunidades intermunicipais seja feito à custa dos municípios portugueses que são uma porta e uma proximidade, esse reforço devia acontecer necessariamente na transferência de competências da tutela para as comunidades intermunicipais e não à custa de tirarmos valências ao poder autárquico que também tem ajudado a contribuir para o nosso desenvolvimento. -----

-----Referiu também que circula pelo concelho com regularidade e não poderia deixar de fazer dois apelos ao Executivo Municipal, a ligação da EN342 às Medas está intransitável, os madeireiros ao tirarem o pinhal deixaram o caminho numa situação péssima, também dentro das Medas caíram duas barreiras, a estrada terá apenas 2 metros de largura e mais um pouco fica intransitável, recentemente descí do Mont'Alto para Folques, uma outra situação, a ligação Mont'Alto a Valbona está também num estado lastimável, todos sabemos que o inverno foi longo mas são situações muito urgentes. -----

-----O **Senhor Deputado Luís Almeida** depois de cumprimentar os presentes referiu que se



Assembleia Municipal

gostaria de congratular pela abertura das piscinas municipais, porque há largos anos nesta Assembleia manifestou a sua preocupação e pesar em termos do distrito, por serem, a para do concelho de Góis, o único que não dispunha destas infraestruturas, hoje já me apraz dizer que Arganil tem ao seu dispor umas instalações com um espaço de excelência, para a prática desportiva, que proporciona actividades de saúde e bem-estar desde a infância até à idade sénior. Passado um mês da sua utilização salientou que gostaria de saber, da parte do senhor Presidente da Câmara, se já tem indicadores estatísticos de utilização da piscina e também relativamente ao espaço da Cerâmica gostaria de saber se já há números para a quantidade de eventos que aí se têm realizado. -----

-----Continuou para dizer que a Cerâmica de Arganil é um espaço que poderá eventualmente não agradar a todos apesar de ser uma obra para todos, e que teve a oportunidade de estar com pessoas que visitaram o espaço e lhe disseram que se poderia orgulhar por ter um espaço daquela envergadura, com tantas e determinadas valências, realmente é um espaço que todos os arganilenses se devem orgulhar. Obviamente que não é uma obra que agrada a todos mas também me parece redutor ouvir algumas vozes, como muito recentemente foram ditas, de que aquela seria a sala de refeições mais cara do país, eu desconhecia que a Câmara de Arganil fazia serviços de catering, conheço o espaço e vejo valências desde áreas circundantes de zona verde que permitem fazer circuitos de manutenção, de corrida, de lazer, as piscinas municipais, o auditório, o multiusos e nunca me apercebi que lá houvesse uma sala de refeições, mas é como digo, parecem-me palavras redutoras, eventualmente de quem está contra a obra. -----

-----Termino com uma palavra sobre a possibilidade do regresso do Rally de Portugal a Arganil, um tema que está ligado com a Cerâmica e com aquilo que esperamos que seja o futuro Museu Internacional do Rally. Obviamente que ouvir o Presidente do ACP falar num regresso do Rally ao norte e centro de Portugal, para nós arganilenses que é a grande imagem de marca de Arganil pelo país e pelo mundo. O Rally de Portugal, a sua força e expressão em Arganil, e a concretização dessa possibilidade levou-me a registar que o Município através do Senhor Presidente e por força dos seus contactos apareçam os resultados e haver de facto uma possibilidade de regresso em 2014, é sem dúvida uma boa notícia para o nosso concelho e para a imagem de Arganil no país e no mundo. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** que após cumprimentar os presentes disse que a sua intervenção era sobre a falta de fiscalização activa em relação ao Regulamento que a Assembleia Municipal ratificou que é da afixação de propaganda e de publicidade avulsa, continua a Vila, de uma forma desordenada, a receber pendurais por tudo quanto é sítio causando uma imagem negativa a uma Vila sede de concelho que se quer visitada por turistas, referiu que no seu entender é abusivo o que se continua a passar porque foi aprovado um Regulamento que não está a ser



Assembleia Municipal

cumprido. Por fim solicitou ao Senhor Presidente que informasse o porquê de o Regulamento não estar a ser cumprido. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Mário Vale** que depois de cumprimentar os presentes e referindo-se às comemorações dos trinta e nove anos do 25 de Abril, que por coincidência também foi de quarta para quinta-feira, salientou que foi uma manhã de esperança para todos os que até àquele momento tinham vivido amordaçados, finalmente ia haver liberdade e o país podia viver em democracia, democracia social, económica e educativa. Passaram trinta e nove anos e muitos de nós vimos isto com um certo desgosto, apesar de se ter cumprido muito, principalmente no poder local, nós sonhámos o 25 de Abril de uma outra maneira, há mais desempregados, mais pobres, mais gente sem educação e todos somos culpados no entanto tenho esperança que será o povo, como foi sempre em 1383, em 1640, no 25 de Abril, que há-de dar a volta a isto para se ter mais saúde e melhor saúde, mais educação e melhor educação, é essa a esperança neste dia. -----

-----Louvar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo voto de louvor à Filarmónica Arganilense, foi uma festa magnífica no Casino Estoril e no dia da liberdade, o povo diz que quando as coisas nascem tortas tarde ou nunca se endireitam, mas a Filarmónica de Arganil não nasceu torta, nasceu por um homem ilustre de Arganil, o Padre Vasconcelos Delgado, pouca gente se lembra dele, foi um lutador pela liberdade, um homem de uma cultura invulgar, um músico notável, na Filarmónica havia um baú que nunca se perdeu porque sabiam que lá estavam coisas notáveis do Padre Vasconcelos Delgado, no dia da liberdade lembro o Padre Vasconcelos Delgado e tenho para mim que a liberdade é um valor que nunca nos vai deixar e que está cada vez mais forte e temos que lutar por um país mais justo, mais livre e mais capaz. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que gostaria de dar os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça pelas iniciativas que está a tomar, vêm-se aí cartazes de uma Feira, são estes pequenos eventos que têm muito interesse para o concelho, que vão chamando gente, muito principalmente para o lado de São Martinho que é a Freguesia mais próxima do maior centro urbano que é Coimbra, por isso felicito-o pelas iniciativas e pela maneira como as conduz. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que a Cerâmica tem de estar invariavelmente no centro das nossas conversas, mas tenho que repetir aqui o nosso ponto de vista sobre a Cerâmica, dizer que demos contributos para que o projeto fosse melhorado, não estamos contra a piscina, estamos fartos de debater isto e já me custa repetir isto à exaustão depois, pela minha maneira de ser, não gosto muito de trazer os casos particulares da minha vivência mas, já que enveredamos por aí não resisto a contar também um, recentemente cumprimentou-me um amigo que



Assembleia Municipal

vinha de Arganil e disse-me o seguinte, fico triste, Arganil tem um belíssimo Teatro e está absolutamente decadente, é uma pena que nos tenhamos esgotado na recuperação do edifício que até está bem, que é a Cerâmica mas, que não tenhamos capacidade para intervir no Teatro, enfim, eu não gosto de particulares mas não resisti a esta pequena nota. -----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Câmara**, que depois de cumprimentar os presentes começou por registar o simbolismo desta Assembleia Municipal, a acontecer no dia 25 de Abril em que comemoramos trinta e nove anos sobre a revolução dos cravos, julgo que é o maior exercício de liberdade e de discussão aberta, transparente, frontal, que é o exercício da própria democracia que a revolução dos cravos nos trouxe e por isso queria começar por me congratular pelo facto desta Assembleia Municipal simbolicamente decorrer na comemoração de uma data tão importante para o nosso país.-----

-----Em segundo lugar queria associar-me ao voto de louvor que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Dias Ferreira, propôs à Filarmónica Arganilense, de facto a comemoração dos seus 160 anos no Casino Estoril foi um momento assinalável, um momento que fica para a história, não só da Filarmónica Arganilense mas para a história de Arganil por ter sido um momento importante de valorização e afirmação da cultura do nosso concelho e da consolidação da ideia de que Arganil é uma terra de inegáveis talentos, para a cultura musical em particular. -----

-----Quanto aos apontamentos que o Senhor Deputado Eugénio Fróis nos trouxe relativamente à questão da EN342, ligação às Medas, dizer que a Câmara está a desenvolver todas as démarches no sentido de os madeireiros serem forçados a suportar os prejuízos causados e que teremos mau pesada nessa situação, há uma série de estradas por todo o concelho que estão a ficar numa situação muito degradada fruto desta intervenção e portanto a Câmara agirá com todos os meios à sua disposição no sentido de ser ressarcida dos prejuízos que estão nas estradas, provocados pela actividade do sector das madeiras. Sobre a questão das Medas, tomei boa nota, dizer que caíram nestes dias de temporal dezenas de barreiras por todo o concelho, recordei que tivemos a estrada de acesso ao Mont'Alto cortada face a um impedimento em dois pontos que está reaberta, reconhecemos também que a ligação do Mont'Alto a Folques precisa de uma intervenção e ela será feita oportunamente para resolver essas questões, vamos procurar agilizar devidamente a sua resolução.---

-----O Senhor Deputado Luís Almeida referiu-se à questão das piscinas municipais e à questão da reabilitação da Cerâmica Arganilense, é um assunto que não nos custa falar porque é o cumprimento de um compromisso eleitoral que assumimos com os arganilenses, que está concretizado e, relativamente à Cerâmica disse no dia da inauguração que era uma obra que tinha tido a discordância de alguns, mas que era uma obra que agora era de todos e portanto, nesse sentido, fico satisfeito que



Assembleia Municipal

todos aqueles, mesmo aqueles que a criticam, a tenham utilizado, é um sinal claro de que apesar das palavras todos entendem que é uma obra necessária para o concelho. Temos registado um grande movimento na Cerâmica, desde a data da sua inauguração. Até hoje já foram realizados no Auditório e no Multiusos vinte e seis eventos, o que dá de um evento por semana. Relativamente às Piscinas Municipais, até ao dia 22 de Abril, com trinta e três dias úteis de utilização, registámos duas mil quatrocentas e cinquenta e três entradas, o que dá uma média de cerca de setenta e cinco entradas por dia e naquilo que é a escola de natação municipal temos cerca de 50% já de capacidade instalada ocupada com alunos, estes são os primeiros números que podemos apresentar relativamente   Cerâmica Arganilense. -----

-----Sobre a questão do Rally dizer que a Câmara tem vindo a trabalhar junto do ACP no sentido de pugnar pelo regresso do Rally   nossa região. Havia um conjunto de compromissos estabelecidos com os municípios do Algarve, havia compromissos internacionais que impediram que essa situa o se pudesse colocar como uma hipótese forte mais cedo. Em Julho do ano passado o ACP solicitou-nos, mediante um caderno de necessidades, que a Câmara teria que cumprir, informa o sobre a nossa disponibilidade para cumprir essas necessidades e posteriormente podermos comunicar essa situa o, todo o executivo analisou essas necessidades, estivemos todos de acordo que poderíamos avançar e temos aqui uma espécie de pacto de regime relativamente a esta matéria, foi dito ao ACP que naquilo que depende de Arganil para o Rally regressar ao centro e ao norte do país estão reunidas as condi oes. O ACP ontem, fez-nos chegar novamente uma carta, que   igual àquela que recebemos em Julho do ano passado, para confirmarmos esta situa o, a Câmara analisar  novamente, mas   exatamente o mesmo caderno de necessidades que nos foi apresentado em Julho do ano passado e portanto estamos a fazer todas as diligências no sentido de que o Rally possa regressar. Não há uma decisão definitiva, primeiro ainda tem de haver a decisão se há ou não Rally em Portugal em 2014, essa   a primeira questão, havendo Rally temos uma forte possibilidade de ele regressar a Arganil e a Fafe, que são naturalmente as capitais do Rally a nível do país e a nível internacional,   uma matéria   qual não quisemos dar grande alardo público para não prejudicar as negocia oes que estavam a ser feitas. Sei que os concelhos da região já deram o seu sim ao apoio ao regresso do Rally, nomeadamente os concelhos de Géis e Oliveira do Hospital, caso se confirme esse regresso do Rally, para além da vertente desportiva tem um impacto econ mico muito significativo no concelho, seja no alojamento, restaura o, seja em outras actividades porque de facto gerem uma atratividade muito grande a Arganil e também   fundamental para dar maior visibilidade e notoriedade ao nosso concelho e, naturalmente insere-se na estratégia que temos para a implementa o do Museu Internacional do Rally, estando neste momento a desenvolver o plano de negócio para procurar fechar com o





Assembleia Municipal

patrocinador principal do museu, de forma a que ele possa avançar, se houver esse patrocinador oficial, teremos museu depressa, se não houver esse patrocinador oficial teremos que andar mais devagar mas é mesmo uma obra para concretizar.-----

-----O Senhor Deputado Luís Gomes falou de uma questão relacionada com a afixação de publicidade e o cumprimento do Regulamento, de facto não posso deixar de lhe dar razão relativamente a essa matéria, infelizmente há muitas entidades e empresas que não cumprem o Regulamento e naturalmente isso exige um reforço da fiscalização e é isso que vamos procurar fazer. -

-----Relativamente à questão do Teatro Alves Coelho, colocada pelo Senhor Deputado Eugénio Fróis, dizer que a Câmara resolveu fazer um estudo sobre a orçamentação de quanto custaria uma remodelação profunda do Teatro Alves Coelho, esse estudo aponta para valores que estão muito próximos dos 2.000.000,00€ e portanto a questão que se coloca é esta, no tempo que estamos a atravessar em que, desde 2005, houve um corte significativo das transferências do Estado e portanto, uma redução da capacidade de intervenção da autarquia, gostava de perguntar à Bancada do Partido Socialista onde cortam para colocar 2.000.000,00€ na requalificação do Teatro Alves Coelho, a nossa opção há muito que a anunciámos, é fazer um conjunto de obras de renovação com valor muito inferior a este de modo a permitir que o Teatro possa reabrir as portas mas gostava que o Partido Socialista se pronunciasse. Deixava ainda outra pergunta, ao longo dos oito anos em que foi poder o que é que o Executivo do Partido Socialista fez pela recuperação do Teatro Alves Coelho?-----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** referindo que aceitando o repto do Senhor Presidente relativamente à questão do Teatro e da Cerâmica, dizer claramente ao Senhor Presidente, como à pouco o Senhor Deputado Eugénio Fróis referiu e como já o temos vindo a fazer, o que se trata aqui são de opções diferentes, nunca nos opusemos à construção da Cerâmica, entendíamos e continuamos a entender que as nossas objecções eram no sentido de que as funcionalidades que constavam e constam do projeto da Cerâmica podiam ter sido outras e numa procura de equilíbrio a que agora até fez referência o Senhor Presidente da Câmara, achávamos que não era incompatível de todo, avançar para a requalificação da Cerâmica, naturalmente com as alterações que em devido tempo apresentámos, pensamos que podemos dizê-lo com toda a honestidade que algumas delas terão sido aceites pelo Senhor Presidente e pelo Executivo Camarário que alterou a área comercial, não quero referir isso, mas de facto houve um momento do projecto em que havia uma área comercial excedentária que hoje não consta e bem, mas aquilo que me parece, apesar dos desequilíbrios financeiros que o Senhor Presidente também referiu é que era possível compatibilizar uma requalificação da Cerâmica com uma requalificação do Teatro. O Senhor Presidente invoca e tem conhecimento naturalmente dos números dos 2.000.000,00€ para requalificar o Teatro



Assembleia Municipal

Alves Coelho, não posso deixar de lembrar que a obra da Cerâmica Arganilense orçou em mais de 6.000.000,00€, são números oficiais e isso é indiscutível, trata-se de uma opção legítima por quem tem legitimidade para governar o concelho mas com a qual a oposição, por curiosidade, o Partido Socialista, não está de acordo, o Senhor Presidente investiu tudo na Cerâmica Arganilense quando os poderia ter investido na Cerâmica Arganilense e na requalificação do Teatro Alves Coelho. Ainda há pouco quando o Deputado Luís Gomes se referia ao estado em que a nossa Vila está, relativamente à questão das publicidades, também acho que qualquer cidadão que visita a nossa terra fica absolutamente impressionado com o estado de degradação do Teatro Alves Coelho na zona mais nobre da Vila, era só esta questão que gostaria de deixar clara para que de uma vez por todas esclarecesse-mos as coisas, são opções legítimas de quem tem legitimidade para a tomar, a oposição corporizada pelo PS não tomaria estas decisões. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que quando o Senhor Presidente da Câmara diz, onde é que os Senhores vão buscar esta importância tão considerável para fazer essas obras, tudo isto está interligado, e naturalmente que se tivéssemos uma outra visão e não tivéssemos gasto todo o dinheiro no mesmo empreendimento iria sobrar para outras iniciativas aliás, essa é uma tecla do discurso do PS que tem vindo a dizer há muito tempo que aquele investimento nos esgota, nos esgota de tal forma que irá faltar dinheiro para aquilo que é essencial nos dias de crise que hoje vivemos, isso aponta para que a acção social neste momento e este é um tema que iremos voltar a falar nesta Assembleia, também não tenha verbas, tudo isto está interligado e a resposta à questão que nos endereça está na estratégia de investimento que foi feito, a nossa seria necessariamente diferente.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado José Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão** que depois de cumprimentar todos os presentes informou que gostaria de fazer um agradecimento ao Executivo Municipal a colaboração que deu à Freguesia do Piódão no dia em que foi transmitido um programa televisivo da RTP1 no Piódão, Aqui Portugal, porque realmente hoje em dia o Piódão é uma montra de exposição do concelho de Arganil, quem acompanhou o programa viu que foi divulgado o que de bom se fabrica e produz no concelho de Arganil e, sem a ajuda da Câmara isso não teria sido possível até porque, há situações que nós, Junta de Freguesia, não temos capacidade para realizar e nesse sentido gostaria de realmente agradecer à Câmara Municipal toda a colaboração que foi dada, penso que foi uma boa divulgação, não só da Freguesia do Piódão mas também do concelho de Arganil. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Almeida** dizendo que relativamente à Cerâmica e ao Teatro, de certa forma até me apraz ter trazido aqui o tema, porque no fundo vamos ouvindo da parte



Assembleia Municipal

do Partido Socialista intervenções algo importantes e que importam ser analisadas, em primeiro lugar dizer, que o investimento deste Executivo na Cerâmica é algo que faz parte do programa eleitoral, foi sufragado pelos eleitores deste concelho em 2009, por larga margem e acho que isso é inequívoco, era a grande bandeira do PSD em 2009 e acho que é claro e notório que os arganilenses não só concordaram como em larga escala se manifestaram. Depois dizer que a verba orçamentada em 6.000.000,00€ de euros que foi gasta na Cerâmica esgota a intervenção do Município noutras áreas, importa ver o seguinte, raramente ouço ou se calhar nunca ouvi o Partido Socialista referir que cerca de metade dos 6.000.000,00€ foram participações de fundos da União Europeia, canalizados para este investimento graças à audácia e à capacidade deste Executivo, no fundo se vamos falar de números temos que ser reais e falar com clareza. Por último, a Cerâmica tem um auditório, um multiusos, uma área envolvente de lazer e as piscinas com 6.000.000,00€ faltando o Teatro Alves Coelho, como é que o Partido Socialista com os mesmos 6.000.000,00€ conseguiria fazer isto tudo, não esquecendo que nos oito anos em que foi Executivo neste Município não tivemos Teatro, não tivemos piscinas, não tivemos auditório e a Cerâmica estava em ruínas.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** interveio para dizer que na sequência da intervenção do Senhor Deputado João Pedro Pimentel, é absolutamente legítimo haver caminhos diferentes e, portanto, nada tinha contra que o Partido Socialista tenha uma posição diferente e uma ideia diferente relativamente àquele que é o desenvolvimento do concelho, mas naturalmente que cada um dos partidos que nos apoiam, apresentou o seu programa eleitoral em 2005 e em 2009 e portanto são esses os compromissos eleitorais que têm naturalmente que ser cumpridos, é essa a nossa perspectiva. Mas sejamos claros, a Câmara fez uma opção muito concreta pela reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense, é um projecto de 6.000.000,00€ que contemplou a valência do multiusos, do auditório, das piscinas municipais, do espaço envolvente e foi uma opção muito clara, e a política no bom sentido é feita de escolhas. A opção que o Partido Socialista tinha relativamente à Cerâmica e à construção das piscinas municipais era outra, e é bom recordá-la hoje aqui, o Partido Socialista tinha para a Cerâmica a intenção de instalar um Centro de Cultura da Terra, havia um projecto desenvolvido e que custava 6.000.000,00€ e para as Piscinas Municipais tinha intenção de fazer em terreno da Santa Casa da Misericórdia, o valor do investimento era de 2.500.000,00€ portanto, estamos a falar de um investimento de 8.500.000,00€ e não sabemos se estaria ou não previsto o pagamento de alguma renda àquela entidade, como acontece por exemplo com o Campo de Futebol Dr. Eduardo Ralha, em que a Câmara por ano paga mais de 4.000,00€ de renda à Santa Casa da Misericórdia depois de ter feito um investimento inicial de 1.000.000,00€ e que depois se soma a instalação do sintético com mais 250.000,00€, é disso que estamos a falar, há de facto um caminho diferente, para as funções



Assembleia Municipal

que foram realizadas. O projecto que o PSD implementou custou 6.000.000,00€ para atingir provavelmente os mesmos objectivos estaríamos a falar de 8.500.000,00€. Portanto é bom que estas coisas fiquem claras. Respondendo ao Senhor Deputado Eugénio Fróis dizer que na Cerâmica foi possível mobilizar cerca de 65% de fundos comunitários para o investimento global, ou seja, aquilo que é o investimento da autarquia na Cerâmica ultrapassa ligeiramente os 2.000.000,00€, e é esse investimento de que estamos a falar para o Teatro, relativamente ao Teatro sinalizado inicialmente como uma obra a compartilhar em termos de fundos comunitários. A verdade é que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro nunca abriu um concurso para a reabilitação do património cultural, é disso que estamos a falar e, portanto, o valor investido na Cerâmica do orçamento municipal é exatamente o valor que custaria o Teatro Alves Coelho aos municípios e uma vez que os Senhores Deputados do Partido Socialista falam tantas vezes do apoio social, ao terem a intenção de que o investimento global do Teatro dos 2.000.000,00€ fosse realizado fica-nos a dúvida de que nos estarão a sugerir que se retire apoio social aos nossos municípios.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** referindo que não queria retomar a discussão relativamente ao Teatro e à Cerâmica, mas tendo em conta a última intervenção do senhor Presidente da Câmara, queria dizer que de facto se a área onde ao longo destes últimos anos esta Bancada se tem preocupado é a área social, essa área para nós é intocável e portanto essa indicação que o Senhor Presidente da Câmara está a usar nós refutamo-la completamente e mais á frente teremos ocasião de demonstrar na discussão que teremos acerca do primeiro ponto desta reunião, aquilo que nos afasta relativamente à área social da política que tem sido seguida pelo Executivo Municipal, portanto queria só mesmo deixar aqui a nota de que nós não aceitamos que se diga que o Partido Socialista poderá por em causa as políticas da acção social para fazer obras de betão.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Luís Quaresma** referindo que tendo em conta a discussão que foi aberta em torno deste tema não poderia deixar de dar o meu contributo pessoal acerca das questões. Penso que dúvidas não existem de que qualquer arganilense gostaria de ver o Teatro Alves Coelho reabilitado recuperando a glória de outros tempos, todos comungamos dessa vontade, Socialistas, Socias Democratas, Independentes, pessoas que não ligam nenhuma à política, a questão é saber como é que se vai pagar a obra porque já sabemos que não há fundos comunitários para ajudar a pagá-la, sabemos que o projecto que estava aprovado ou que estava pré aprovado custava cerca de 2.000.000,00€ mas, o grande contributo que o Partido Socialista podia dar era ajudar o Executivo a arranjar uma solução para que a obra fosse feita, eventualmente recomendando que fossem cortados investimentos em algum sector em prol de outros porque o orçamento não estica, ou seja, os fundos que a Câmara estão nos orçamentos que aqui passam e que são aprovados, nos



Assembleia Municipal

últimos anos tem havido um acentuado corte nas receitas, assim pergunto aos Senhores Deputados da Bancada do Partido Socialista onde é que a Câmara vai buscar 2.000.000,00€ para fazer aquela obra? Certamente que não estarão a recomendar que se recorra ao crédito, porque isso está-nos cortado, a nós e a qualquer outro Município do país neste momento, obviamente que a obra será feita quando houver condições económicas para que a mesma aconteça, esse é um anseio de todos, dizer outras coisas para além disto parece-me que entramos no campo da especulação. Por outro lado gostaria só de dar um exemplo de como é que estas coisas são feitas e como é que são feitas as escolhas políticas. Este Executivo há não muito tempo esteve em risco de perder toda a rede de transportes no concelho de Arganil, porque a Transdev estava preparada para cortar as ligações por serem insuficientes e não rentáveis, tendo sido necessário que a Câmara Municipal se “chegasse à frente” com 600.000,00€ por ano, para que as crianças tivessem transportes para as escolas, para que as pessoas das aldeias pudessem vir a Arganil às compras, aos mercados municipais, ou seja, o que a Câmara gasta em transportes em quatro anos dava para reabilitar o Teatro Alves Coelho, ou seja, quando os recursos são escassos têm de haver escolhas políticas e por isso, quando houver dinheiro ela será feita, ou então devíamos todos ter um debate profundo e, se calhar, isso é que era interessante, para se discutir que obra é que queremos para o Teatro Alves Coelho, que tipo de projecto queremos ver implementado, que tipo de recuperação é que queremos, se vamos gastar 2.000.000,00€ ou se vamos gastar 200.000,00€, estas é que poderiam ser chegadas políticas importantes e contributos políticos importantes para que a questão fosse resolvida. -----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Câmara**, dizendo que gostaria de fazer referência à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, queria agradecer as suas palavras e dizer que naturalmente entendemos que o apoio a este tipo de programas é muito importante para promover turisticamente o nosso concelho e portanto saudamos o contributo inestimável do Piódão nesse processo. -----

-----Queria também anunciar, que depois de múltiplas reuniões, está finalmente resolvido o problema da Televisão Digital Terrestre na Freguesia do Piódão, julgo que é uma boa notícia para o Presidente da Junta, a PT já fez a instalação de um retransmissor que tem uma enorme potência e que permite resolver o problema da TDT em Piódão e Chãs d’Égua, queria dar nota dessa circunstância que resultou de um trabalho conjunto da Câmara e da PT. -----



Assembleia Municipal

## ORDEM DO DIA

### **1 – Discussão e votação dos documentos de prestação de contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, nos termos da al. c), do n.º2, do art.º 53º da Lei 169/99, de 18/09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11/01. -----**

-----Teve a palavra o **Senhor Vereador Luís Paulo Costa** dizendo que começava por cumprimentar todos os presentes e que se congratulava também por este 39º aniversário do 25 de Abril, uma data muito marcante no nosso país. -----

-----Relativamente à prestação de contas iria aproveitar para fazer a ponte para o ponto seguinte que é o da aplicação do resultado líquido do exercício, uma vez que as duas situações estão interligadas, começava pela questão propriamente dita das contas, e como habitualmente, apresentar algumas referências de alguns aspectos que me parecem ser os mais relevantes. -----

-----Relativamente à verdade das contas, que é uma matéria que finalmente, ou nos últimos anos ficou devidamente consensualizada e assumida, dizer que, em sede de certificação de contas mantêm-se as duas reservas que temos vindo a registar nos exercícios anteriores, uma delas tem a ver com a avaliação do imobilizado, nomeadamente por não ser possível ter a certeza de que os valores inscritos nos elementos de prestação de contas têm correspondência com o valor real das infraestruturas, e neste ponto, dizer-vos se em algum momento, em algum Município deste país não existir esta reserva, certamente será um bocado estranho porque no momento em que acabar a avaliação dos edifícios terá que iniciar-se a avaliação dos terrenos, quando acabar a avaliação dos terrenos terá que se concluir a avaliação das estradas, de seguida os caminhos municipais, do saneamento e das redes de água e portanto é uma tarefa muito exigente e que dificilmente será completada na sua totalidade. ----

-----Quanto à reserva relacionada com a ADSE, estão todos por dentro do porquê de se manter esta reserva, há uma alegada dívida de cerca de 500.000,00€ que tem vindo a ser reclamada pela ADSE. Sabemos que a existir ela é anterior a 28 de Outubro de 2005, nessa data não estava para além do valor que foi pago na altura, não estava reflectido qualquer outra dívida na contabilidade da autarquia sendo certo que, alguns destes valores incluídos nos alegados 500.000,00€ terão uma antiguidade na ordem dos trinta anos. Como também temos vindo a informar, temos vindo a contestar a existência desta dívida junto da ADSE, um outro parâmetro também importante é o dos recursos humanos, em 2005 o Município tinha duzentos e sessenta e dois trabalhadores, em 2009 registavam-se duzentos e trinta e seis, no final de 2012 estavam duzentos e dezassete trabalhadores ao serviço da autarquia, ao nível do absentismo mais de três mil e novecentas ausências, a razão subjacente, como foi confirmado



Assembleia Municipal

nos exercícios anteriores, está relacionado com as causas de doença, estas ausências correspondem a uma taxa de absentismo na ordem de 18,5%, o que em termos médios corresponde a uma ausência permanente de dezoito trabalhadores da autarquia. Referimos também as apostas de vimos fazendo ao nível da formação profissional, da qualificação dos recursos humanos e também no âmbito da política da qualidade, um marco importante foi o facto de se terem assegurado em 2012, mais de quatro mil horas de formação profissional, isto no âmbito de um programa alargado de formação que foi promovido pelos catorze municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, referir também a consolidação do sistema de gestão da qualidade, como sabem visava garantir e melhorar a inter-relação com os nossos munícipes e também dizer que foi já efectuado este ano, a auditoria externa de acompanhamento nos dias 21 e 22 de Março que decorreu com toda a normalidade. -----

-----Passando concretamente para os aspectos financeiros, darmos conta dos indicadores mais significativos, ao nível da execução orçamental, a receita registou uma execução de quase 14.000.000,00€ o que corresponde a uma execução percentual de 79,02%, as receitas correntes registaram uma execução de 96,88%, as de capital 61,78%. No capítulo das despesas houve uma execução de 13.625.000,00€ correspondendo a 76,96% da despesa que estava orçamentada registando-se uma taxa de execução nas despesas correntes de praticamente 86,50% e nas despesas de capital também 68,50%. Um outro aspecto significativo e é significativo porque reforça a aposta que vem sendo firmada na articulação com as Juntas de Freguesia no sentido de as dotar de mais meios na persecução, não só das suas competências mas também das competências que são da própria autarquia e neste particular, o facto da delegação de competências e das respectivas adendas terem representado em 2012 mais de 284.000,00€, foram celebrados contratos programa com pagamentos efectuados de cerca de 200.000,00€, o valor contratualizado é superior mas como os Senhores Presidentes de Junta sabem, há uma segunda tranche desses contratos que só é paga após a execução das respectivas intervenções e de facto, no final de 2012 estavam intervenções em curso que implicaram que para além deste valor, que foi o valor efetivamente pago por conta dos contratos programa, houve outros valores que têm estado a ser pagos, entretanto em 2013 à medida que essas intervenções são concluídas. Outro aspecto significativo é da afectação de pessoal às Juntas de Freguesia, essa afectação direta representou cerca de 290.000,00€ em 2012, acrescida de cerca de 42.000,00€ na forma de adendas celebradas com as Juntas de Freguesia para a contratação de pessoal. No Município a despesa com pessoal atingiu uma grandeza de 3.255.000,00€ sendo que, este valor corresponde a cerca de 53% das despesas correntes e a cerca de 24% do total das despesas, vale a pena também referir, que este valor é um valor que está naturalmente condicionado pelas



Assembleia Municipal

regras que estiveram vigentes em 2012 decorrentes do orçamento de estado nomeadamente, daquelas que têm a ver com a suspensão dos subsídios de férias e natal acima de determinado valor. Esta tabela, no fundo, sintetiza aquilo que é o comportamento geral da receita e da despesa e permite-nos essencialmente aqui uma leitura interessante que é o facto de em sede de receita e despesa corrente ter sido conseguida uma poupança de cerca de 650.000,00€, esta poupança, como percebem na linha seguinte, foi na sua totalidade canalizada para despesa de capital e portanto esta tabela traduz uma salutar gestão dos recursos públicos. A tabela seguinte sintetiza a evolução do endividamento líquido que em 2005 registava praticamente 7 milhões e meio de euros, em 2012 fechamos o ano com um endividamento líquido de cerca de 6 milhões de euros, este gráfico permite-nos ter uma perceção mais visual do comportamento deste indicador. De referir também no que diz respeito aos documentos oficiais, balanço e demonstração de resultados, a demonstração de resultados evidenciam um resultado líquido superior a 1.300.000,00€, é um indicador que consideramos bastante significativo sendo que no que respeita às grandezas, activo, fundos próprios e passivo do balanço, o ativo líquido registou um acréscimo de mais de 5,41%, os fundos próprios aumentaram mais de 7% e o passivo registou em acréscimo superior a 2,8%. A nossa proposta de aplicação do resultado líquido do exercício e esta proposta resulta daquilo que está expressamente definido no plano oficial de contabilidade das autarquias locais, consiste em aplicar 65.223,11€ em reservas legais e reforçar o património em 1.238.887,60€. Esta tabela é uma tabela que certamente não é muito facilmente visualizável das bancadas mas sintetiza o trabalho que foi efetuado ao nível da contabilidade de custos, e permite aqui também fazer uma leitura muito pratica e muito objetiva daquilo que temos vindo a dizer no último ano, ou seja, nalgumas matérias que assumem, neste momento particular importância, não só para a população nacional mas como também para toda a população concelhia, nomeadamente aquilo que tem a ver com as competências e com as atribuições em matéria de educação, da acção social, dizer e reforçar que fica muito facilmente perceptível nesta tabela que peso embora o apoio tenha aumentado em termos absolutos, é possível fazer mais, continua a ser possível fazer mais com menos recursos financeiros e portanto este foi o desafio que também seguimos ao longo de 2012 e comprovam-no estes elementos, ou seja, embora se tenha mantido todo o apoio a nível dos transportes escolares e esse apoio significa a gratuidade dos transportes escolares de todos os alunos que frequentam as escolas no concelho, apesar de se ter mantido todo o apoio e aumentado ao nível dos manuais escolares, apesar de se ter aumentado significativamente o apoio ao nível das refeições escolares, ao nível da componente de apoio à família, ao nível das actividades dos tempos livres, apesar de se ter concluído e concretizado a loja social, apesar de todas estas realidades é que foi possível fazer mais com menos recursos, este é o desafio





Assembleia Municipal

não só desta casa mas também é o desafio do país porque se chegámos onde chegámos foi graças e em virtude de se ter andado a gastar mais do que aquilo que se devia.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel**, cumprimentou todos os presentes e referiu que a Bancada do Partido Socialista ao efectuar a análise da Execução Orçamental de 2012, fez um exercício de a comparar com a posição que o Partido Socialista assumiu na discussão do orçamento para o ano transato, para o ano 2012. Referimos então que as receitas estavam sobrevalorizadas, nomeadamente as relacionadas com a arrecadação do IMT, o que se veio a comprovar. O aumento da receita do IMI, em 23%, vem também dar-nos razão quando referimos que ia haver uma margem para uma redução mais significativa das taxas aplicadas aos imóveis, sem que tal coloque em causa a redução do encaixe financeiro do Município, dissemos então que este era um orçamento marcado principalmente pelos adiamentos de intervenções prioritárias no Concelho. Também aqui nos parece existir alguma razão; valorizamos o investimento da Câmara Municipal na educação que sempre mereceu o nosso reconhecimento e para onde são canalizadas todas as verbas do Fundo Social Municipal, mas as restantes funções sociais não têm tido a mesma correspondência em termos de meios financeiros; dos 290.000,00€ previstos no orçamento para a acção social, a referência no documento é zero euros de execução; o Programa de Conforto Habitacional para Idosos não teve execução, sabendo-se que 50% é financiado pelo Instituto de Segurança Social. Este programa importante visava efectuar pequenas obras nas habitações das pessoas idosas do concelho, conferindo-lhe o mínimo de dignidade e de condições de vida, para além de apoiar a aquisição de pequenos equipamentos, hoje tão essenciais para um mínimo de qualidade de vida. Entendemos que a Câmara Municipal deve apoiar mais as IPSS's do concelho, quando estas infelizmente têm respondido a um crescente número de casos sociais, para onde são obrigadas a alocar os meios que tinham reservados para efetuar os seus próprios investimentos e beneficiarem de apoios a que têm acesso e são importantes para a qualificação da sua acção e para o aumento da sua capacidade de resposta. Por parte do Município parecem ter sido só transferidos em 2012, pouco mais que 15.000,00€. Este relatório confirma igualmente o que na altura prevíamos que já foi aqui sobejamente discutido e que me dispense de voltar a referir, relativamente ao adiamento das obras de requalificação do Teatro Alves Coelho. Ao nível turístico, dos 175.000,00€ previstos para a Zona de Lazer das Fronhas parece não ter execução, do investimento previsto para a requalificação das Praias Fluviais, já de si reduzido, em 2012 a sua taxa de execução e a fazer fé no documento é de 0%. Quando o PS alertou que a nível da floresta não estavam a ser aproveitados todos os apoios disponibilizados pelo Proder, houve uma enorme contestação, verificamos que o montante previsto



Assembleia Municipal

para a sinalização de estruturas de defesa contra incêndios não foi utilizado, o mesmo se passando com as construções e a manutenção de pontos de água. -----

-----Na discussão do Orçamento para 2012, alertámos para a necessidade de um maior investimento na requalificação dos Parques Industriais, no que seria um sinal de esperança e incentivo aos empresários. Confirmamos que as preocupações do Executivo também aqui são diferentes das do PS, mas são preocupações que o tecido económico Arganilense mereceria. -----

-----Em conclusão, entendemos que tínhamos razão ao afirmar que determinados investimentos, pela exigência financeira que requeriam, iriam colocar em causa outras intervenções, já falámos aqui da requalificação da Cerâmica Arganilense ter sido executada desta forma, outras necessidades em Arganil ficarão por satisfazer, é esta a realidade, são opções diferentes. Referimos mais uma vez que não estamos contra a construção da Cerâmica mas pela forma como o projeto foi desenvolvido e algumas das suas funcionalidades colocaram em causa a reabilitação do património que muito diz aos arganilenses e a possibilidade de ser dada resposta a outras questões que deveriam merecer uma melhor atenção por parte do Município. Este relatório demonstra para nós que o PS estava certo ao levantar muitas dúvidas quando da apresentação e da votação da proposta para 2012. As nossas divergências são políticas por isso e, relativamente ao documento em discussão e dado que se trata de um trabalho meramente técnico, sobre o qual não colocamos qualquer reserva a este nível, iremos abstermo-nos na sua votação. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que sobre a intervenção do Senhor Deputado João Pedro Pimentel, sobre a questão das receitas sobrevalorizadas, este relatório de contas demonstra a maior execução de sempre na execução da receita, da despesa e das grandes opções do plano, ou seja, nunca o Município de Arganil tinha atingido uma taxa de execução na receita de 79%, nunca o Município de Arganil tinha atingido um grau da execução da despesa de 77%, nunca o Município de Arganil tinha um grau de execução das grandes opções do plano de 69% e portanto, julgo que estes indicadores mostram bem o caminho de realismo e rigor que tem sido seguido na elaboração dos instrumentos previsionais como sejam, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.---

-----Sobre a questão da Cerâmica não direi mais nada, apenas registo a necessidade da Bancada do Partido Socialista permanentemente estar a justificar-se de que nada tem contra o investimento, fica esse registo. -----

-----Quanto à questão das funções sociais, em primeiro lugar é preciso conhecer quais são as atribuições e competências da autarquia relativamente às funções sociais, e relativamente a essas nossas competências, vou apresentar alguns números que demonstram bem o envolvimento e a intensificação do apoio que a Câmara tem desenvolvido nesta matéria e as atribuições e competências



Assembleia Municipal

da Câmara Municipal na área social estão sobretudo focalizadas na escola e na educação, em matéria de acção social escolar, no que diz respeito às refeições subsidiadas em 2005 tínhamos 26% dos alunos com subsidição nas refeições, em 2012 temos 56,5%, passámos de 26% para 56,5%, em termos financeiros aumentámos o investimento nas refeições de 70.000,00€ para 160.000,00€, um aumento de 130,4%; no que diz respeito aos transportes escolares o nível de subsidição em 2005 era de 29,3%, hoje é de 100% com a decisão que a Câmara tomou de alargar a gratuitidade dos transportes escolares até ao 12ºano; no que diz respeito à aquisição de livros e materiais escolares o apoio da Câmara para esta finalidade aumentou 46,13% desde 2005 até 2012; na esfera social e aqui é um trabalho conjunto, em primeiro lugar das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das Misericórdias, mas também da Câmara e das Juntas de Freguesia, a capacidade do concelho em termos de respostas sociais aumentou 20% de 2005 para 2012 e, quando se procura dizer que este executivo não tem trabalhado na área social ou não tem investido na área social, julgo que estes números permitem demonstrar exatamente o contrário. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** dizendo que relativamente à área social, nós de facto, porque não fugimos à verdade e ao apoio quando ele tem de ser dado, referimos na nossa intervenção e temo-lo feito ao longo dos tempos, que achamos que em termos de apoio à área educativa, este Município tem cabalmente cumprido as suas funções, não é isso que está em causa, o que nos parece é que num tempo de crise, num tempo em que há famílias e pessoas que passam por imensos sacrifícios, penso que a acção do Executivo Municipal na área social tem que ser mais alargada, mais responsabilizante e de maior acordo e trabalho em concertação com as IPSS's. Não nego nenhum dos números que o Senhor Presidente apresentou, aquilo que chamamos a atenção é para a verba que, segundo os documentos apresentados não houve execução na área social de cerca de 250.000,00€, não estão constituídas as Comissões Sociais de Freguesia, não nos parece que o Conselho Local de Acção Social de Arganil, o CLAS, tenha uma actividade visível, dinamizadora, mobilizadora das várias instituições, que todas elas têm responsabilidade em tempo de crise, de satisfazer as preocupações na área social e não é só de facto o Executivo agora, o que nos parece é que o Município tem especiais responsabilidades nessas áreas sociais, lembramos também a questão daqueles programas de apoios a idosos que não tiveram execução. O CLAS, volto a insistir, não tem uma actividade visível, mobilizadora, os Conselhos Sociais de Freguesia, à excepção da Freguesia de Pombeiro da Beira, não estão constituídas e isso é revelador de que este Executivo na área social tem que fazer mais e melhor, deixamos aqui este repto com números, não colocamos em causa aquilo que é feito na área escolar, que é bastante importante, mas não podemos deixar de referir aquilo que para nós é uma lacuna na área da acção social deste executivo. -----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que depois de ouvirmos o Senhor Presidente da Câmara referir o apoio ao social, ficámos sem dúvidas, ele foi nulo, o único elemento que referiu foi um aumento da capacidade de resposta dada e isso penso que não se deve à acção direta, porque não foi demonstrada nem tem apoio contabilístico, esse aumento deve-se ao extraordinário trabalho que as instituições referidas têm feito neste concelho. -----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil** para dizendo que relativamente à questão da acção social, o Senhor Deputado Eugénio Fróis hoje já se referiu aqui à nova lei de atribuições dos Municípios, das Freguesias e das Entidades Intermunicipais, se ler na sua plenitude percebe quais é que são as funções da autarquia e as atribuições e competências da autarquia, que estão centralizadas na escola e no apoio à acção social escolar. Como acabei de demonstrar naquilo que são as nossas funções temos cumprido integralmente, aliás, os números que hoje apresentámos demonstram bem o trabalho que a Câmara tem feito nesse domínio, relativamente às outras funções e falando aqui concretamente do caso do aumento da capacidade das respostas sociais, tive o cuidado de dizer que é um trabalho muito intensivo da parte das instituições com o apoio da Segurança Social porque é a Segurança Social que tem funções nesta matéria, mas a Câmara Municipal, em todos esses investimentos também deu um apoio significativo, é bom que sejamos claros relativamente a essa matéria, não só à criação de novos equipamentos mas também algum apoio à requalificação de outros equipamentos. Relativamente à Loja Social, que é um projeto do Município e de várias instituições e várias organizações formais e informais, neste momento a Loja Social de Arganil já apoia oitenta e oito famílias, o conselho, onde nós também estamos bastante envolvidos e neste caso a entidade gestora é a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, a implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social, temos desenvolvido o Programa Comunitário de Apoio à Alimentação para carenciados, apoiando um número significativo de famílias e está também em curso o projecto da Cantina Social que é uma medida que estava prevista no plano de emergência desenvolvido pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, e portanto, como acabei de demonstrar a Câmara está fortemente empenhada e tem investido fortemente no desenvolvimento do apoio social no nosso concelho, portanto não tem razão o Partido Socialista relativamente a esta matéria. -----

-----Sobre a questão do Turismo que o Senhor Deputado João Pedro Pimentel fez referência, nos últimos anos foi requalificada a Praia Fluvial do Piódão, a Praia Fluvial de Pomares, houve intervenções de melhoria na Praia Fluvial de Coja e estes trabalhos têm sido feitos em conjunto com as Juntas de



Assembleia Municipal

Freguesia, intervenções na Praia Fluvial da Cascalheira, está em construção a Praia Fluvial do Valeiro do Barco, foi construída uma Zona Balnear na Benfeita, está em curso a construção de uma Zona Balnear na Freguesia de Folques, foi criada uma Zona Balnear na Fórnea, Chãs D'Égua e foi construída uma piscina na Cerdeira, isto demonstra bem que o Executivo não tem andado desatento relativamente à matéria de Praias Fluviais e tem inclusive aumentado a oferta. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** dizendo que relativamente às questões levantadas nesta última intervenção do Senhor Presidente, há duas questões que têm que ser trazidas, nenhum dos números que levantámos nesta discussão foram desmentidos, fizemos fé no documento que o Senhor distribuiu até porque dissemos que ele não nos traz qualquer reserva, agora de facto, não vemos execução orçamental nas Praias Fluviais e mais outras duas ou três rubricas assinaladas na minha anterior intervenção, estes documentos são importantes que devem traduzir sempre a actividade e a execução orçamental por parte do Município, se há algumas condicionantes elas devem ser referidas, quando fazemos a apreciação destes documentos estamos absolutamente certos de que eles correspondem à actividade desenvolvida pelo Município, daí termos trazido um conjunto de rubricas que não têm qualquer execução orçamental, aí a responsabilidade é claramente do Executivo, ou não fez e o documento corresponde a essa não execução ou fez e o documento está mal elaborado. -----

-----O Senhor Presidente na minha opinião fez uma intervenção restritiva de quais são as atribuições dos Municípios nas áreas sociais, não vou evocar sequer o tempo de crise, mas vou evocar aquilo que tem sido feito pelos Executivos Municipais, de todos os municípios à volta do concelho de Arganil, estarão os colegas do Senhor Presidente a fazer uma interpretação excessiva das atribuições das Câmaras Municipais em relação à área social? É que eles têm estas questões garantidas, não direi naturalmente resolvidas, porque tudo isto são questões que envolvem a necessidade de verbas, são questões que apelam à mobilização de vários parceiros, agora o que sinto, olhando a imprensa regional e local é que de facto os Executivos dos Municípios dirigidos por colegas do Senhor Presidente têm um conjunto de actividades na área social que não vislumbro com toda a honestidade nos relatórios e na acção da Câmara Municipal de Arganil. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que gostaria só de dizer que há pouco o Senhor Deputado João Pedro Pimentel disse que o apoio da Câmara às instituições não chegaria aos 15.000,00€ mas a coluna que o Senhor Deputado leu foi a da variação do valor entre 2011 e 2012 porque o apoio da Câmara Municipal às instituições é de 271.866,48€, gostaria de deixar esta correção. Relativamente à comparação que quis fazer com os concelhos vizinhos, dois números apenas, Arganil comparado com todos os concelhos vizinhos é o concelho com maior índice indicador



Assembleia Municipal

de desenvolvimento social, segunda comparação, Arganil tem menos desempregados que por exemplo Tábua e Oliveira do Hospital, portanto está aqui também demonstrado que o estado do estado social no concelho se calhar é bem melhor do que em alguns concelhos vizinhos.-----

-----Não havendo mais intervenções foi colocada a votação os documentos de prestação de contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, que foram aprovados por maioria com seis abstenções.-----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

## **2 – Discussão e votação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2012.-----**

**----- Ausentou-se o Senhor Deputado José Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão.-----**

----- Não havendo intervenções solicitadas, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2012 sendo aprovado por maioria com duas abstenções.-----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

## **3 – Apreciação do relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, nos termos da alínea c) do n.º4 do art.º 40º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro).-----**

-----Não houve pedidos de intervenção pelo que se passou ao ponto seguinte.-----

**----- Ausentou-se o Senhor Deputado Carlos Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Barril de Alva.-----**



Assembleia Municipal

**4 – Apreciação e votação da Alteração ao Protocolo de Gestão de Água entre o Município de Arganil e a Junta de Freguesia de Coja aprovado em reunião de Câmara de 18 de Setembro de 2012, e em Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2012. -----**

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo que relativamente a este ponto, como tinha ficado acertado na última reunião da Assembleia Municipal, este tinha sido retirado para especificar que este protocolo tem uma vigência apenas no ano de 2013 e contempla um valor a pagar pela Junta de Freguesia de Coja à Câmara Municipal pela água que é fornecida a partir do sistema de Vila Cova de Alva e, ficou também aí estabelecido que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Coja, até ao final do ano, terão de fazer um protocolo mais abrangente que contemple também a obrigatoriedade de em 2015 todos os sistemas passarem para a Câmara Municipal, havendo a nossa disponibilidade no sentido de poder estabelecer concessões viabilizando assim a hipótese de algumas destas entidades poderem continuar a fazer a gestão da água, é nesse sentido que trazemos aqui este protocolo.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que a questão das águas de Coja e a sua concessão tem de ser vista com base num acordo e não propriamente numa negociação, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, nós estamos de acordo, foi aquilo que foi combinado, o protocolo apenas difere por um ponto em que tanto a Junta de Freguesia como a Assembleia de Freguesia não concordou, que é a última parte em que diz que será feito um acordo entre a Câmara e a Junta de Freguesia, caso não se chegue a acordo serão aplicadas a taxa de 0,5, isto é o mesmo que a Câmara estar a dar uma corda para a Junta meter ao pescoço e dizer-lhe para apertar, se a Junta não aperta dá-lhe um tiro e resolve o problema. A Freguesia de Coja está de acordo com o protocolo, está de acordo com aquilo que o Senhor Presidente disse na reunião de Câmara quando fez a introdução do protocolo mas não está de acordo com esta última parte que acho que deve ser eliminada na medida em que dá o poder todo à Câmara e retira a hipótese de acordo com a Junta de Freguesia.-----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que relativamente a esta matéria, a Câmara Municipal deliberou na sua reunião de 02 de Abril aprovar esta minuta de protocolo e que vem na sequência daquilo que tinha sido acertado na última Assembleia Municipal, no dia 03 de Abril enviámos para a Junta de Freguesia de Coja para ter o mesmo procedimento relativamente à apreciação e votação desta minuta de protocolo, que depois devia ser submetida à Assembleia de Freguesia, apenas no dia 20 de Abril e através de um email, o Senhor Presidente da Junta me transmitiu que a Junta de Freguesia, não a Assembleia de Freguesia, porque a Assembleia de Freguesia tanto quanto sei não reuniu sobre este assunto, pelo menos não temos nenhum



Assembleia Municipal

conhecimento oficial que tenha reunido sobre este assunto, nos transmitiu que discordava da existência deste ponto que dizia respeito, a que se não fosse aplicado o protocolo que se aplicaria o Regulamento Municipal, ora bem, estando ou não este ponto é isso que acontece, ou seja, se existir um vazio e não existir um protocolo entre a Câmara e a Junta de Freguesia tem que se cumprir aquilo que foi aprovado em Assembleia Municipal que é o Regulamento onde fala que são 0,50€, o que tornaria mais gravosos para a Junta de Freguesia, o que estamos a propor neste acordo para depois fazer uma convergência ao longo do tempo, são 0,11€ por metro cubico. -----

-----O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** salientou que o combinado com a Câmara era pagar os 0,11€ e que não está isso em causa, não vê é necessidade de constar a última cláusula do protocolo e que se por alguma razão não se chegasse a acordo e fosse aplicado o valor de 0,50€ o que a Junta de Freguesia teria de dizer era para fecharem a água que vinha de Vila Cova de Alva fazendo com que uma parte da Vila ficasse mal abastecida.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que até poderia compreender a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja, agora o que está em causa é que se não houver a assinatura deste protocolo tem que se aplicar o Regulamento, é o que manda a Lei, agora o dever da Câmara e da Junta de Freguesia é chegarem a um consenso, a Câmara assumiu essa responsabilização e o que esperamos é que a Junta de Freguesia faça o mesmo. Tive oportunidade de referir na última Assembleia mas vou voltar a lembrar, com as recentes alterações legislativas e também as próprias recomendações da ERSAR, estamos obrigados a que a receita da gestão das águas, do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos cubram as despesas, ora existiria uma receita potencial naquilo que é o fornecimento de água da Câmara Municipal à Junta de Freguesia de Coja que recebe água gratuitamente e depois a vende, para haver este equilíbrio entre a receita e a despesa todos os munícipes do concelho têm que suportar este não recebimento da receita que a Câmara teria direito por fornecer água a Coja para conseguir um equilíbrio entre a receita e a despesa, julgo que tem que haver uma responsabilidade solidária de todos os munícipes, neste caso a própria Junta de freguesia porque os munícipes de Coja já pagam água à Junta de Freguesia, julgamos que esse caminho deve ser feito de forma faseada para que não haja aqui um acréscimo da despesa da Junta de Coja brutal e por isso queremos fazê-lo ao longo do tempo e julgamos que estamos a ser absolutamente razoáveis na proposta de caminhos que estamos a apresentar.-----

-----Referiu também que a Assembleia não pode alterar a proposta de protocolo apresentado teria de ser a Câmara, estando lá a cláusula ou não estando, o resultado é exatamente o mesmo e como não quero acreditar que esta indicação da Junta de Freguesia seja uma manobra dilatória, julgo que se deve manter a proposta de minuta de protocolo e que a Assembleia a vote. -----





Assembleia Municipal

-----Interveio o Senhor Deputado **João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que se já está decidido que o pagamento será feito desde o dia 01 de janeiro de 2013, está no protocolo, se nós aceitámos, não há dúvida nenhuma. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** referindo que anteriormente tinham afirmado que a verba no social era de 15.000,00€ o qual o Senhor Presidente replicou que era de 270.000,00€ assim gostaria, se achasse oportuno e penso que teria interesse que nos indicasse expressamente onde é que isso está demonstrado. -----

-----Relativamente à água, estou a tentar perceber o que está em cima da mesa e com vontade de me sintonizar na votação com o Presidente de Junta da Freguesia da minha terra, acho que é um momento de agora ou nunca, e o Senhor Presidente da Junta terá que fazer um esforço de análise e clarificar para eu votar mais confortável. -----

-----O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que se o Senhor Presidente da Câmara não quiser retirar esta última cláusula esta Assembleia pode-a votar e logo se vê o resultado. A Junta não está de acordo a Assembleia está, manda quem pode. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Manuel Augusto** que depois de cumprimentar todos os presentes referiu que qualquer protocolo termina assim, os casos omissos são os tribunais que resolvem, é a Lei que resolve por isso não sei porque é que estamos aqui há tanto tempo a discutir o mesmo assunto. -----

-----O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** em resposta ao senhor Deputado Manuel Augusto dizer que não achava assim tanto tempo, e que quando estamos aqui para discutir problemas devemos discuti-los, até para conhecimento geral, não me parece que seja assim um desperdício. -----

----- **Ausentou-se o Senhor Deputado Carlos Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Barril de Alva.** -----

-----Após a discussão do ponto e não havendo mais intervenções, foi colocado a votação a Alteração ao Protocolo de Gestão de Água entre o Município de Arganil e a Junta de Freguesia de Coja aprovado em reunião de Câmara de 18 de Setembro de 2012, e em Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2012, sendo aprovado por maioria, com um voto contra e duas abstenções. -----



Assembleia Municipal

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

**5 – Certificação de Contas – Discussão e votação da proposta de nomeação de auditor externo para as contas de 2012 e 2013.**-----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que fizeram o competente procedimento de contratação pública e portanto propomos que a Assembleia Municipal, que é quem tem essa competência, que a nomeação do auditor externo seja a BDO na sequência do relatório que foi em anexo.-----

**----- Ausentou-se o Senhor Deputado Paulo Amaral, Presidente da Junta de Freguesia de Anseriz.** -----

----- Não havendo mais intervenções foi colocada a votação a proposta de nomeação de auditor externo para as contas de 2012 e 2013, sendo aprovado por unanimidade.-----

**6 – Apreciação e votação do Plano de Pormenor da Quinta da Estafeira – São Martinho da Cortiça, condicionado à publicação da “nova” carta de REN.**-----

**----- Ausentou-se o Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja.** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que como é do conhecimento de todos os membros da Assembleia há uma intenção de investimento turístico na Quinta da Estafeira. Para poder criar as condições para o investimento e este poder ter uma concretização prática, depois da definição do âmbito, foi necessário fazer um estudo do impacte ambiental, que exigiu que se fizesse um Plano de Pormenor relativamente à Quinta da Estafeira. Foi estabelecido um contrato de planeamento entre a Câmara e os promotores e esse plano de pormenor seguiu o seu curso. Foi também solicitada a desafetação da REN que foi concluída há poucos dias, conforme acta que faz parte do processo que vos foi entregue e, portanto, estamos em condições, depois de percorrer todos estes actos administrativos, de aprovar o Plano de Pormenor da Quinta da Estafeira, cuja eficácia fica



Assembleia Municipal

apenas dependente da publicação em Diário da República, da decisão tomada em conferência de serviços de desafetação da REN. Com a aprovação deste Plano de Pormenor, ficam criadas todas as condições para que possa dar entrada do processo de licenciamento do empreendimento na Câmara Municipal. -----

-----Continuou, esclarecendo que na sua opinião ainda perdura no nosso país uma enorme burocracia para que seja possível criar as condições, para que investimentos como estes possam ser possíveis, este processo demorou vários anos e apesar de ter demorado vários anos é dos melhores exemplos em termos de rapidez da administração. Mas deixava um lamento, as coisas deviam andar muito mais depressa, para que o investimento pudesse surgir com maior rapidez. É uma intenção de investimento que existe, abrimos hoje a porta para que ela se possa concretizar, assim seja possível, por parte dos promotores. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** que, depois de cumprimentar os presentes, referiu que *“este processo da Quinta da Estafeira é realmente algo que se vem desenrolando ao longo dos últimos seis ou sete anos, de que ao fim ao cabo é a prova de que em Portugal é muito difícil fazer grandes investimentos porque a burocracia se sobrepõe, neste caso até ao interesse nacional, que este projeto representa, para além do interesse regional e local. Felizmente, e elogio a Câmara Municipal porque conseguiu que esse prazo fosse encurtado um pouco e conseguiu que todo o processo fosse aprovado e passasse pelas instâncias por onde tinha de passar, como disse o Senhor Presidente e muito bem, em situações homólogas tem demorado bem mais anos do que este caso demorou. Dizer-vos o que São Martinho da Cortiça e eu, que tenho estado por dentro do processo, considero que este projecto é de extrema importância para o concelho e para toda a região da Beira Serra, um projeto que, quanto a mim, vai dar viabilidade a tantos outros já existentes em toda a região, porque vai trazer, a realizar-se, e vamos pôr esta ressalva porque ele ainda não existe, vai trazer para o nosso concelho e para os concelhos vizinhos pois precisamos de turistas para viabilizar economicamente tantas microempresas na área do turismo que já existem e facilitar a criação de tantas outras. O processo turístico desenrola-se, não se trata de um alojamento estático, ou seja, os turistas não vêm para estar ali, os turistas vêm para passar por ali e frequentar, usar e desfrutar de tudo aquilo que a região da Beira Serra tem de bom para lhes dar, aquilo que o turista inglês gosta é o turismo de natureza, aquilo que temos de tanto valor e que por vezes não valorizamos tanto porque vivemos cá e temos isso à nossa disposição todos os dias, mas os que vêm de fora valorizam muito as nossas capacidades turísticas, a grandeza da nossa natureza. Estes promotores já são agentes turísticos em Inglaterra e o que eles fazem, já fazem isso atualmente com outros investimentos do género que têm espalhados um pouco*



Assembleia Municipal

*pelo mundo, fazem os pacotes turísticos de oferta aos seus clientes turistas para circularem pelos seus equipamentos e este vai passar a ser, a construir-se, mais um dos seus equipamentos por onde vão circular os turistas dos pacotes turísticos que vendem, portanto à partida há um público garantido, é claro que também podemos desfrutar daquele espaço mas ele está mais direcionado precisamente para este tipo de utilização que como disse há pouco é extremamente importante, porque vai viabilizar todo um conjunto de investimentos turísticos. Trata-se de um excelente contributo para a economia local e nacional, não só a construção do espaço como essencialmente depois a sua exploração e todo o conjunto de empregos diretos e indiretos que irá possibilitar, portanto acho que foi uma grande conquista conseguir chegar ao dia de hoje e permitir que a Assembleia possa manifestar-se sobre o projeto e aprovar, abrindo caminho ao investimento da Quinta da Estafeira.” -----*

-----O **Senhor Deputado Rui Portugal** cumprimentou os presentes e manifestou o seu contentamento com o despoletar desta situação que se vem arrastando há cerca de sete anos. Desde a primeira hora foi um acérrimo defensor deste empreendimento turístico que algumas pessoas consideram megalómano, mas não há dúvida que estamos em presença de um projeto extraordinário para a nossa região, para sobretudo o interior do nosso país, meio esquecido e abandonado pelos poderes centrais que estão lá para Lisboa. Este projeto merece todo o carinho e apoio, infelizmente isso não tem acontecido porque as autoridades decisoras do nosso país, apesar da crise profunda em que nos encontramos, continuam a ter a mesma postura de burocratizar, criando dificuldades às entidades, às pessoas que querem fazer alguma coisa neste país, é triste. Com certeza se lembrarão quando veio aqui à Assembleia dar-se conhecimento desta iniciativa, há cerca de sete anos, fui daqueles que falei aqui de uma forma um bocado empolada, enervada, revoltada, porque tive conhecimento de que este caso estava emperrado, creio que em Coimbra ou Lisboa, num gabinete onde estudam os problemas só nos papéis e nos mapas e não conhecem o país e a realidade. Lembraria a palavras recentemente referidas pelo nosso político Dr. Paulo Portas, que a propósito destas situações dizia, “vamos simplificar, vamos desburocratizar”, apliquemos o tal “simplex” em todas as situações. *Portanto, de facto, estou muito satisfeito porque finalmente o processo vai andar, temos riquezas imensas, a nossa natureza é altamente apreciada, as belezas naturais que possuímos nesta serra, nesta região são extraordinárias, quero saudar a postura da Câmara e da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, aliás, o Senhor Presidente da Junta da minha freguesia e talvez por isso isto me diga bastante, já disse muita coisa a propósito do interesse deste empreendimento e eu saúdo exactamente a atitude. As nossas autarquias estão a ter atenção a este problema e quero dizer também que este é um investimento megalómano para a nossa região que traz milhões de euros que vão entrar no nosso país, vêm de Inglaterra, por isso há que receber este tipo de*



Assembleia Municipal

*empreendimentos de braços abertos, porque logo à partida na sua construção irá criar muitos postos de trabalho, riqueza na região, dinheiro que entra, a economia local com certeza que se vai desenvolver e expandir. Vamos agarrar com unhas e dentes este projeto e ele que seja concretizado rapidamente porque eu até tenho que valorizar a persistência destes senhores que estão há sete anos à espera da sua concretização, significa que eles têm muito interesse e há que aproveitar esse interesse que eles mantêm por isto.”* -----

-----Interveio o **Senhor Deputado António Serra Correia** que depois de cumprimentar os presentes referiu ser para ele uma grande satisfação ver chegar esta concretização final, o empenhamento quer da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça e também dos técnicos que representam a entidade promotora, têm tido um grande empenhamento para que se chegue a esta conclusão, *"julgo que agora resta haver um pouco de dinamismo para que o empreendimento comece a ter desenvolvimento, mesmo com esses técnicos responsáveis que estão a representar em Portugal essa empresa e que isto provavelmente vai ter um grande sucesso. Mas é com alguma tristeza que verificamos que a burocracia do país faz com que se espere sete anos, resta-nos ter a esperança de que os empreendedores ao tomarem conhecimento desta decisão final ainda estejam disponíveis para investir neste local, agora vamos ver como o resto do processo e as dificuldades inerentes que a autarquia possa ajudar que facilite o desenvolvimento do empreendimento."* -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a votação o Plano de Pormenor da Quinta da Estafeira – São Martinho da Cortiça, condicionado à publicação da "nova" carta de REN, sendo aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----

**7 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** em exercício deu por encerrada a sessão. -----



Assembleia Municipal

-----Sendo doze horas e trinta minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

# **ANEXOS**